



Al

MUNICÍPIO DO FUNDÃO

EXTRATO DA ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DESTA CÂMARA MUNICIPAL REALIZADA NO DIA 30 DE ABRIL DE 2020.-----

-----ATA N.º 6/2020-----

Aos trinta dias do mês abril do ano dois mil e vinte, realizou-se por teleconferência, a reunião desta Câmara Municipal do Fundão, sob a presidência do Senhor Presidente, Dr. Paulo Alexandre Bernardo Fernandes, com a participação do Senhor Vice-presidente, Dr. Luís Miguel Roque Tarouca Duarte Gavinhos e dos Senhores Vereadores, Dra. Joana Morgadinho Bento, Dra. Maria Alcina Domingues Cerdeira, Prof. Sérgio Miguel Cardoso Mendes, Dra. Ana Paula Coelho Duarte e Eng.º Paulo Manuel Pires Águas, tendo sido secretariada pela Diretora do Departamento de Administração e Finanças, Dra. Maria Isabel Carvalho Campos. Esta reunião foi realizada tendo por base a Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março. (...) **“Aprovação da Área de Reabilitação Urbana e da Operação de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha e atualização do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana.** Foi apresentada à Câmara uma proposta subscrita pelo Senhor Presidente, datada de 23 de abril de 2020, e que se transcreve: “Considerando que a reabilitação urbana constitui uma prioridade para o Município do Fundão, uma vez que a degradação do tecido urbano aumenta a um ritmo superior à sua recuperação; Considerando que já estava estabelecida uma área de reabilitação urbana na Vila de Alpedrinha; Considerando que, na sequência da operação urbana já desenvolvida para a Zona Antiga do Fundão, o Município do Fundão resolveu aumentar o âmbito da aplicação desta estratégia com a criação de uma **operação de reabilitação urbana para a Vila de Alpedrinha;** Considerando que tal decisão se justifica face à enorme adesão que se tem verificado a este instrumento de incentivo e de apoios financeiros e fiscais previstos; Considerando que o processo de reabilitação urbana surge como resultado de um processo dinâmico multidimensional que tem por base um trabalho de planeamento estratégico como recurso fundamental para o desenvolvimento integrado e sustentável do concelho; Considerando que a priorização do núcleo urbano de Alpedrinha se deve ao fato de ser dos mais importantes núcleos do concelho face à sua dimensão, peso demográfico e riqueza patrimonial; Proponho, nos termos no disposto no n.º 2 do artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de outubro, alterado pela Lei n.º 32/2012, de 14 de agosto, na redação atual, que a Câmara Municipal do Fundão delibere no sentido de aprovar: a) A alteração da delimitação da **Área de Reabilitação Urbana** e aprovação da **Operação de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha**, com a respetiva atualização do **Programa Estratégico de Reabilitação Urbana;** b) Submeter a discussão pública, a promover nos

termos previstos do Decreto-Lei n.º 80/2015, de 14 de maio, que aprova a revisão do Regime Jurídico dos Instrumentos de Gestão Territorial (RJIGT), nomeadamente o art.º 89, para discussão pública dos planos de pormenor; c) Simultaneamente remeter ao Instituto da Habitação e da Reabilitação Urbana (IHRU), por meios eletrónicos, o projeto de reabilitação urbana, para emissão de parecer não vinculativo, no prazo de 15 dias.” A Câmara Municipal, em reunião realizada por teleconferência, tomou conhecimento e deliberou, por unanimidade e em minuta, aprovar a proposta apresentada. (n.º 1 do art.º 5.º da Lei n.º 1-A/2020, de 19 de Março) - (Aprovação da Área de Reabilitação Urbana e da Operação de Reabilitação Urbana da Vila de Alpedrinha e atualização do Programa Estratégico de Reabilitação Urbana).”-----

Fundão, 13 de maio de 2020.

Por subdelegação de competências da Diretora do DAF, a Chefe de Divisão de ARH,



(Fernanda Antunes)